

Grileiros presos em colônia agrícola

Renato Alves

Especial para o **Correio**

Quem disse que grilagem em Brasília não dá cadeia? Uma equipe da Delegacia Especial de Meio Ambiente (Dema) prendeu em flagrante, na quarta-feira à tarde, dois homens e uma mulher que vendiam ilegalmente lotes em duas chácaras da Colônia Agrícola Vicente Pires, um terreno de 40 mil m².

O empreendedor João Mendes Manete, 52 anos, e os corretores José Aparecido Leite, 38, e Ediwirges Soares Nogueira, 24, foram pegos no local com pastas e mapas do terreno, dividido em 34 lotes de 800 m² por piquetes de madeira.

Os policiais descobriram a venda irregular de lotes por acaso. Quando passavam pela Estrutural, viram tratores abrindo ruas no meio de uma plantação de mixirica. Chegando à colônia agrícola, notaram que se tratava de um loteamento dentro de chácaras, o que é proibido por lei. A área, destinada a um assentamento rural pelo Governo do Distrito Federal em 1989, deveria ser ocupada somente por chácaras com mais de 20 mil m².

DE IRMÃO

As chácaras 137 e 138, onde estava sendo aberto o loteamento e que João Manete diz ter comprado do seu irmão José Carlos, já tinham um grande portão de aço. Para a polícia, é um sinal que ali seria a entrada de um futuro condomínio fechado.

Segundo o delegado-chefe da Dema, Yuri Fernandes Pereira, a denúncia da grilagem foi confirmada por um caseiro da chacara. "Eles não foram presos pela comercialização. Mas sim por abrirem lotes dentro de uma chacara em núcleo rural e em área pública", explica o delegado.

O proprietário da empresa que executava a obra de infra-estrutura (Freitas Terraplanagem), Dinâmérico Rodrigues de Freitas, também vai responder processo por parcelamento irregular do solo. "Ele não poderia abrir ruas. Para isso, é necessária licença especial da administração regional e do Iema (Instituto de Estudos do Meio Ambiente), e ele não as possui", conta o delegado Yuri.

FLAGRANTE DIFÍCIL

Para a Dema, o loteamento irregular nas chácaras da Colônia Agrícola Vicente Pires não é novidade. "É sabido que 60% dos terrenos ali são loteados irregularmente. O difícil é comprovar e pegar alguém em flagrante. Para isso, fazemos diligências todos os dias", afirma o delegado-chefe.

Aliás, Yuri Pereira revela que a sua delegacia, criada para fiscalizar ações que ameacem o meio ambiente, trabalha basicamente em função da investigação de ocupação e venda ilegal de terrenos públicos. "Quase 90% dos nossos processos envolvem esse tipo de crime", diz o delegado.

João Manete e José Leite foram para as celas da já superlotada Coordenação de Polícia Especializada (CPE). Ediwirges foi levada para o presídio feminino Comeia. No entanto, devem responder o inquérito em liberdade, já que o crime de parcelamento irregular do solo prevê fiança. Caso sejam condenados, podem pegar de um a cinco anos de cadeia.